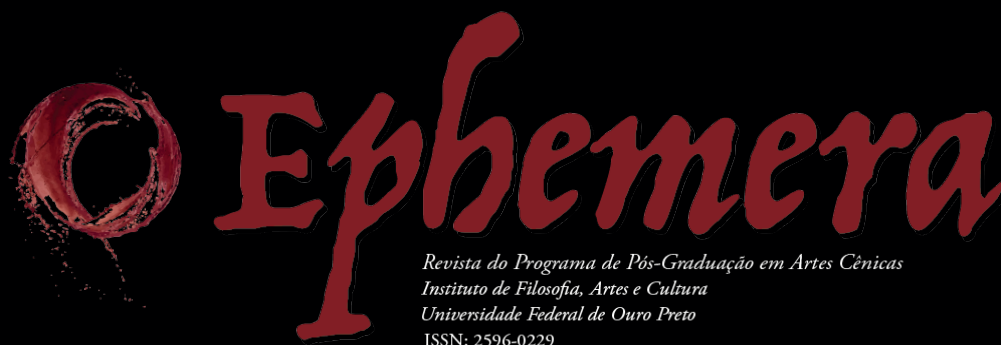




MULHERES NA POLÍTICA:
da domesticação à adjacência, entre primeiras-damas e *tradwives*

WOMEN IN POLITICS:
from domestication to adjacency, between first ladies and tradwives

Júlia Morena Costa

 <https://orcid.org/0000-0002-2272-9893>

 doi.org/10.70446/ephemera.v8i15.8035

**Mulheres na política:
da domesticação à adjacência, entre primeiras-damas e *tradwives***

Resumo: Este ensaio aborda três das estratégias da extrema direita contemporânea para diminuir a clivagem de gênero nas eleições, a saber: a desvalorização e perseguição às práticas, estudos e discursos de mitigação das desigualdades de gênero e dos direitos sexuais; as campanhas midiáticas de retorno das mulheres ao espaço doméstico; e a instrumentalização das mulheres como adjacências para candidaturas e políticas masculinas. Propõe-se, para isso, a analisar as produções cênicas de *influencers tradwives* como campanhas de domesticação e o uso de mulheres adjacências, em especial, as primeiras-damas das eleições de 2022, como espetacularização da construção de lugares binários e estereotipados de gênero para as mulheres na micro e na macropolítica, de forma associada.

Palavras-chave: mulheres; gênero; performatividade política; primeira-dama; *tradwife*.

**Women in politics:
from domestication to adjacency, between first ladies and tradwives**

Abstract: This essay details three strategies of the contemporary far right to reduce the gender cleavage in elections: the devaluation and persecution of practices, studies, and discourses to mitigate gender inequalities and sexual rights; media campaigns to return women to the domestic space; and the instrumentalization of women as adjunct to male candidacies and policies. For this, it proposes to analyze the scenic productions of tradwife influencers (such as domestication campaigns) and the use of adjunct women (especially first ladies) in the 2022 elections as a spectacularization of the construction of binary and stereotyped gender places for women in micro and macropolitics in an associated way.

Keywords: Women; Gender; political performativity; first lady; tradwife.



há milhões e milhões de anos
pôs-se sobre duas patas
a mulher era braba e suja e ladrava
braba e suja e ladrava
porque uma mulher braba
não é uma mulher boa
e uma mulher boa
é uma mulher limpa
há milhões e milhões de anos
pôs-se sobre duas patas
não ladra mais, é mansa
é mansa, e boa e limpa
(Angélica Freitas, 2014)¹

As eleitoras mulheres têm sido apontadas, em diversos países como Brasil, Espanha, França, Chile, Argentina e EUA como uma das principais barreiras para o avanço da extrema direita atual. Este dado tem sido alvo de atenção de pesquisadores, mas, principalmente, dos grupos políticos de extrema direita interessados em minimizar esta rejeição. No Brasil, a maior parte da população é composta por mulheres, que representam 53% do eleitorado atual e são, ainda, quase metade das pessoas filiadas em partidos políticos no país (47%). No entanto, as mulheres, a despeito destes dados, são uma maioria minorizada: ainda recebem pouco destaque nas campanhas dos partidos e são muito pouco eleitas no país. Pesquisas recentes indicam que o Brasil tem a segunda pior representatividade de mulheres ocupando assentos na Câmara dos Deputados entre os membros do G20, com apenas 14,8% (Dias; Zajdenweber, 2024). É importante sinalizar ainda o alto grau de violência política direcionado às mulheres candidatas e eleitas para o legislativo e o executivo no Brasil, em especial às mulheres ativistas, mulheres negras e mulheres trans. Outrossim, há, cada vez mais, um interesse pelo voto destas mulheres, tanto pelas questões demográficas já apontadas – causando grande impacto no número de votos –, como devido a uma acentuação, nas últimas eleições, de uma clivagem de gênero nas intenções de voto até então inédita nesses países. Nos últimos anos, as mulheres vêm apresentando um perfil de voto distinto do perfil dos homens em todos os segmentos (idade, classe, raça, regional, religiosidade etc.), estabelecendo um padrão de voto diferente entre os gêneros, apresentando uma maior rejeição à extrema direita em todos os diferentes grupos do eleitorado. Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro foi marcada pela sua alta rejeição entre as mulheres e, nas últimas eleições presidenciais de 2022, Lula manteve uma significativa vantagem de votos entre eleitoras do sexo feminino, em especial entre as mulheres negras (Barbon, 2022).

Observou-se também nos votos regionais, para cargos de prefeitura, uma tendência de predominância do voto masculino em candidatos mais à direita. Esse comportamento, similar ao observado em disputas presidenciais recentes em países como Estados Unidos e Argentina, ficou mais evidente nas capitais brasileiras onde candidatos alinhados ao bolsonarismo enfrentaram adversários de esquerda ou com alianças antibolsonaristas que aglutinaram a preferência das mulheres (Mello, 2024).

¹ Esta poesia compõe *Um útero é do tamanho de um punho*, de Angélica Freitas. Em 2019, parlamentares do PSL, apoiados por integrantes do PSC e do PSL, fizeram uma moção de repúdio contra a obra e contra sua presença na lista de obras obrigatórias para o vestibular unificado de 2020 da UFSC e da UFFS.



Rosana Pinheiro-Machado (2024) defende que esta rejeição das mulheres ao candidato e ex-presidente Jair Bolsonaro em muito se deve a uma imagem violenta, com falas e propostas misóginas, que causa rechaço entre as mulheres. Flávia Biroli complementa esta percepção, indicando que, ademais, as mudanças na legislação trabalhista retrocederam direitos de todos, mas vêm prejudicando ainda mais as mulheres que os homens. As mulheres têm enfrentado uma grande precarização de seus empregos e numa condição de cada vez maior dificuldade de conciliação entre trabalho remunerado e cuidado, atividade essa de predominante responsabilidade das pessoas do sexo feminino nos lares, dada a divisão sexual do trabalho:

Nós temos uma situação, nos anos recentes, de muita precarização associada, por exemplo, a lares chefiados por mulheres. O emprego das mulheres é mais precarizado e em termos socioeconômicos seus lares, aqueles em que elas são as principais provedoras, são mais empobrecidos [...]. As mulheres são também aquelas que mais foram afetadas por uma série de processos recentes. Mesmo antes da covid-19, a gente tem razões para compreender que as mudanças na legislação trabalhista, que retrocederam direitos, têm prejudicado mais as mulheres do que os homens (Flávia Biroli em entrevista a PAES, 2022).

Ressaltamos, outrossim, que, como apontado pela pesquisadora Rosana Pinheiro-Machado, essa rejeição vem paulatinamente diminuindo:

a rejeição feminina a Bolsonaro foi maior em 2018 do que em 2022. Mais de vinte anos após a criação do Bolsa Família, as filhas e netas da primeira geração que teve sua vida transformada já estão perdendo a memória dessa revolução cotidiana.

Da última eleição presidencial para cá, o fenômeno do marketing digital cresceu e não foram poucas as mulheres periféricas que encontramos dizendo rejeitar Bolsonaro, mas admirando profundamente Marçal como alguém “de família”, que inspira no sonho de uma renda extra para uma vida mais próspera. As igrejas neopentecostais também avançam no país, oferecendo acolhimento para as mulheres de diversas formas (Pinheiro-Machado, 2024).

Diante da dificuldade que partidos e grupos políticos de extrema direita enfrentam para captar o voto feminino, observa-se um esforço crescente para conquistar esse eleitorado e, assim, ampliar sua competitividade eleitoral e seu enraizamento social. No entanto, como a política brasileira ainda é predominantemente masculina², as mulheres são frequentemente inseridas nesses projetos não como protagonistas, mas em papéis adjacentes — seja como esposas de candidatos ou ocupando posições de vice (vice-governadoras, vice-prefeitas e vice-presidentes) (Biroli, 2022).

Essa estratégia é evidenciada pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que registrou um número recorde de candidaturas femininas nas últimas eleições: 9.415 registros, representando 33% do total. No entanto, a maioria dessas mulheres concorreu a cargos de vice no pleito para o executivo. Este fenômeno decorre, em parte, da decisão de 2018 do Supremo Tribunal Federal

2 O caráter masculino na política brasileira é amplo e ecoa em questões estruturais que se refletem até mesmo, por exemplo, na arquitetura dos espaços públicos, tais como a inexistência de banheiros femininos no Senado até 2016, e nas leis, tal como a tardia normatização da licença maternidade para o cargo de prefeita somente ter sido realizada em 2024.



(STF), regulamentada pelo TSE, que exige que pelo menos 30% dos recursos do fundo eleitoral partidário sejam destinados a candidaturas femininas. Em resposta, muitos partidos têm canalizado esses recursos para chapas em que mulheres ocupam a posição de vice, aproveitando uma brecha na legislação.

Além disso, há um fator estratégico relevante neste contexto: a instrumentalização das mulheres para suavizar e legitimar a imagem de candidatos homens. Seja com a escolha de vices femininas ou com a presença marcante de esposas e companheiras nas campanhas, a intenção é estabelecer uma identificação com o eleitorado feminino. Um exemplo claro dessa estratégia foi o papel central de Michelle Bolsonaro na campanha presidencial de 2022. Sua participação visava a atenuar a imagem agressiva e misógina de Jair Bolsonaro, especialmente entre as mulheres evangélicas, tema que será abordado adiante.

A partir destes dados, percebemos uma ampla gama de estratégias de consolidação de poder da extrema direita e de superação da clivagem de gênero nos pleitos eleitorais, dos quais, aqui destacamos três. A primeira refere-se aos intensos ataques ao feminismo e às discussões de questões de gênero e sexualidade, sob o uso do fantasmagórico termo “ideologia de gênero”, que visa a cercear direitos de minorias políticas e aumentar o controle de seus corpos. Tal estratégia desmoraliza e diminui o alcance de discussões públicas e as elaboração e aplicação de leis de ampliação democrática referentes ao tema. A segunda estratégia que analisaremos diz respeito à intensa campanha de retorno ao lar para as mulheres, desinteressando-as do espaço público e político. Através de peças que fletam com objetivos publicitários, desloca-se o lugar de realização das mulheres para o retorno ao espaço doméstico e para a domesticação de seus imaginários circunscritos ao espaço privado e familiar. E como terceiro procedimento está o uso de mulheres adjacentes para suavizar e legitimar candidatos homens nos pleitos, especialmente do executivo. Para isso, nos interessa pensar o uso de mulheres como primeiras-damas, compondo este *uno* que prioriza o lugar de poder masculino. Ressalta-se que a extrema direita por vezes também utiliza mulheres buscando uma maior identificação com este público eleitor e uma legitimação democrática, de apoio a candidaturas de mulheres, porém alinhadas a uma política patriarcal, autoritária e reacionária, como é o caso das eleições recentes na Alemanha, França, Itália e Peru.

Estas três estratégias, embora atuantes em formas e campos diversos, estão interrelacionadas, reafirmando papéis estereotipados e binários de gênero, resguardando o espaço da política para os interesses de uma hegemonia masculina, ainda que aparentemente defendidos por ator/es sociais do sexo feminino.



1 Gênero e poder: políticas antigênero e projetos de confinamento das mulheres ao espaço doméstico

Nos últimos anos, o “gênero” se tornou um componente transversal aos diversos segmentos das direitas contemporâneas e tema central em várias eleições importantes ao redor do mundo, incluindo Brasil, Costa Rica, Colômbia, França, Suíça, Reino Unido, Escócia, Equador e Alemanha. A discussão sobre questões de gênero tem sido especialmente relevante em contextos de regimes autoritários, como na Hungria, onde o departamento de Estudos de Gênero da Universidade Centro-Europeia foi abolido e transferido para Viena. Na Espanha, o partido de extrema direita Vox incorporou uma retórica antifeminista em sua plataforma, referindo-se a uma suposta “ideologia de gênero” como um perigo social, agenciando termos como “jihadismo de gênero” e “feminazis”. De maneira similar, na Turquia, o presidente Erdogan atacou os defensores dos direitos LGBTQIA+ ao classificá-los como “terroristas culturais” (Butler, 2024, p. 64). No seu recente segundo governo, Trump e seu vice JD Vance vêm defendendo uma ampla e explícita política transexcludente, contra os direitos trabalhistas e contra a autonomia reprodutiva das mulheres nos EUA.

No Brasil, durante o governo Bolsonaro, a ideia de nação e a masculinidade foram apresentadas como ameaçadas por uma “ideologia de gênero” considerada uma influência estrangeira nociva. Sonia Corrêa observa que os movimentos antigênero emergiram com maior força nos anos 2000 e, em 2013, grupos católicos e evangélicos uniram forças para eliminar qualquer referência a gênero do Plano Nacional de Educação (PNE). Como resultado, foram aprovadas centenas de leis municipais e estaduais contra a educação de gênero. No discurso de posse em 2019, Bolsonaro reafirmou seu compromisso de erradicar a “ideologia de gênero” das escolas, alinhando-se a um movimento global de legislação e discurso antifeminista, ofensivas transexcludentes, além dos efeitos do racismo e da colonialidade (Kalil; Correa, 2020; Butler, 2024, p. 67). Butler é taxativa ao afirmar que não se pode entender a luta contra o fascismo sem entender a política de gênero e vice-versa, e ressalta ainda:

Embora interpretada como uma reação aos movimentos progressistas, a ideologia antigênero é impulsionada por um desejo mais forte, qual seja, a restauração de uma sonhada ordem patriarcal em que um pai é um pai; uma identidade sexuada nunca muda; as mulheres, consideradas “mulheres desde o nascimento”, retomam suas posições naturais e “morais” dentro do lar; e a população branca detém uma supremacia racial incontestada (Butler, p. 25).

Fomentar um desejo de restauração do privilégio masculino serve a muitas outras formas de poder, mas constitui um projeto social próprio, a saber: produzir um passado ideal cuja reanimação atingirá, ou até eliminará, as minorias sexuais e de gênero. Esse sonho busca não apenas restaurar um lugar legítimo para a autoridade patriarcal, concebida como parte de uma ordem natural e/ou religiosa, mas também reverter direitos e políticas progressistas, a fim de tornar o casamento exclusivamente heterossexual, insistir que o sexo atribuído no nascimento seja imutável, que o aborto seja impedido porque é o Estado quem sabe que limites devem ser impostos ao corpo das pessoas grávidas. A retaliação que vemos contra o “gênero” faz parte desse projeto mais amplo de restauração que busca fortalecer regimes autoritários como formas legítimas de paternalismo, o sonho tornado realidade (Butler, 2024, p. 26).



A ideologia antigênero reflete um desejo profundo de restaurar uma ordem patriarcal idealizada, em que o pai é a figura central da família, a identidade de gênero é fixa desde o nascimento e as mulheres retomam suas posições tradicionais dentro do lar, preferentemente em relações heteronormativas e mononucleadas. Esse discurso também reforça uma supremacia racial implícita. A insistência na restauração do privilégio masculino serve a diversas formas de poder, promovendo um projeto social que busca reverter avanços progressistas. Essa retaliação contra o “gênero” está atrelada – e pode ser considerada também fruto deste processo – à consolidação de regimes autoritários, que se legitimam ao reforçar padrões patriarcais e morais tradicionais, violentos e excludentes.

Butler também destaca que, nesta ideologia, “as mulheres são definidas como aquelas cuja liberdade deve ser limitada pelo Estado”, refletindo uma teoria de gênero que impõe papéis fixos e subalternos às mulheres (Butler, 2024, p. 29). Esse imaginário encontra ecos na clássica análise de Betty Friedan (2020), que aponta como a construção social do papel da mulher tem sido manipulada para restringir suas possibilidades e aspirações e, claro, suas possibilidades de participação política. Se o imaginário sobre o que é ser mulher é construído a partir da ideia de

um ser humano com potencial humano ilimitado, em igualdade com o homem, qualquer coisa que a impedisse de realizar totalmente seu potencial era um problema a ser resolvido: barreiras à educação superior e à participação política, discriminação ou preconceito na lei ou na moralidade (Friedan, 2020, p. 76).

levando a discussão, então, para o campo político. Mas, se há uma campanha de conceituação das mulheres apenas nos termos dos “papeis sexuais naturais”,

as barreiras à realização de todo o seu potencial, os preconceitos que lhe negam a participação plena no mundo, não são mais problemas. Os únicos problemas agora são aqueles que podem atrapalhar sua adequação como dona de casa. Então a carreira é um problema, a educação é um problema, o interesse político, até mesmo a própria aceitação de sua inteligência e individualidade é um problema” (Friedan, 2020, p. 76).

A concepção de mulher, portanto, indica seu campo de atuação e, consequentemente, também suas tendências de defesa de participação em campos públicos e privados. Se o imaginário do que é ser mulher se constrói de forma a considerá-la um ser humano e um indivíduo de subjetividades de amplos interesses, há a necessidade de busca do campo político para resolver as barreiras que as impeçam de atingir suas potencialidades e participações nos mais diversos campos. No entanto, se o imaginário está construído, não como de um sujeito, mas tendo como base uma função – a função doméstica –, todo o esforço deve ser empregado em lutar contra os fatores que a tirem do espaço do lar, seja a educação, seja o trabalho ou, inclusive, a participação no campo político. Assim, a disputa pela construção de imaginários do que significa ser mulher é também central para sua (não) participação política.



Butler coincide com Friedan, ao considerar que essa obsessão pelas políticas sexuais e de gênero pode ser, na verdade, um sintoma perigoso de crescente raiva masculina e frustração geral a respeito de ansiedades econômicas, precarização do trabalho, precarização da vida social e violência urbana, servindo de fantasmas que canalizam as insatisfações e medos contemporâneos causados pela acentuação do capitalismo (receios pelas mudanças climáticas, incertezas ambientais, precarização da vida, guerras, insegurança econômica, restrições aos acessos aos bens sociais etc.). Ou seja, há uma instrumentalização das ansiedades legítimas de destruição que a retórica da extrema direita contemporânea mobiliza e canaliza para um inimigo fantasmagórico cunhado amplamente como “ideologia de gênero”. As políticas sexuais e de gênero mobilizadas pela extrema direita alimentam a política do ódio e mascaram as ameaças reais, contribuindo para um projeto de reafirmação de uma política de monopólios financeiros e de recursos, de destruição ambiental, racista e misógina, que faz novamente das mulheres e das populações LGBTQIAPN+ seus bodes expiatórios.

Estas políticas geram campanhas familistas, que são antigas e ressurgem ciclicamente para reafirmar valores patriarcais, raciais e de nacionalismo exacerbado e, neste momento, enfrentamos mais uma onda desse fenômeno. Cabe, portanto, um esforço coletivo para resistir a essa tentativa de precarização da vida, entendendo-a enquanto uma campanha de controle dos corpos e limitação de direitos, que põe a trabalhar um projeto autoritário de poder. Neste sentido, chama-nos a atenção peças midiáticas dessas campanhas que dialogam diretamente com a discussão da ocupação das mulheres nos espaços públicos e, portanto, políticos. Em especial, nos deteremos no movimento “*tradwife*” (abreviação de “*traditional wife*” ou “esposa tradicional” em inglês) que tem crescido nas redes sociais, promovendo uma visão da mulher voltada para o lar, a submissão aos valores tradicionais e o apoio ao marido. É interessante notar que o termo que designa este fenômeno e suas participantes – *TradWife* e não *TradWoman* – se constrói a partir de uma função atrelada a um homem, *Wife*/esposa. Discursivamente, não se refere a mulheres tradicionais – *tradwoman* –, mas a esposas tradicionais, vinculando-as a um implícito marido e a uma função familiar e doméstica supostamente inerentes a esta condição. As influenciadoras desse movimento, em geral, rejeitam o feminismo e exaltam um papel feminino que se baseia na domesticidade, na maternidade e no suporte emocional ao homem como líder da família.

Durante as eleições de 2022, esse discurso encontrou ecos na imagem pública de Michelle Bolsonaro. Sua representação midiática foi construída sobre valores cristãos e tradicionais, reforçando a ideia de que a mulher deve ser uma base de apoio ao marido e atuar como guardiã dos valores morais da família. Essa abordagem ressoou com eleitoras que se identificam com o movimento *tradwife* e com o público evangélico, que, muitas vezes, valoriza a submissão feminina e o papel da mulher como mantenedora da ordem familiar.

O interesse por conteúdos midiáticos que representam uma aproximação a um suposto estilo de vida “tradicional”, respondendo a papéis de gênero bem demarcados, vem crescendo entre jovens, inclusive no Brasil. No *Instagram* e *TikTok*, *hashtags* como *#tradwife* e *#feminidadetradicional* acumulam milhões de visualizações, indicando um crescente interesse por essa narrativa. A influência



desse movimento pode ser vista na popularização de discursos que reafirmam a subserviência feminina como algo positivo e desejável. No contexto político, essa visão pode afetar diretamente a participação feminina no poder. Estudos mostram que países onde ideais tradicionais de gênero são amplamente aceitos tendem a ter menor representação feminina em cargos políticos, como trataremos à frente. A baixa presença das mulheres no Congresso e em cargos executivos pode ser entendida como um reflexo da permanência de barreiras culturais e estruturais que limitam sua participação. Por exemplo, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelam que metade da população mundial acredita que homens são intrinsecamente melhores líderes políticos do que mulheres e mais de 40% consideram que homens são melhores executivos de negócios. Essas crenças contribuem significativamente para a sub-representação feminina em posições de liderança (PNUD, 2023).

No contexto brasileiro, a estagnação da presença de mulheres nos espaços de representação política é atribuída a múltiplos fatores, incluindo condicionantes culturais e valores vinculados à ideia de direitos e cidadania. A percepção de que homens e mulheres pertencem a esferas sociais distintas - o público e o doméstico - influencia as lógicas partidárias e os processos de recrutamento político-eleitoral, resultando em menor participação feminina na política (Araújo, 2016). Além disso, práticas culturais que desencorajam a presença das mulheres na vida pública, tais como a sobrecarga de trabalho doméstico, somadas a barreiras estruturais nos partidos e nos sistemas eleitorais, domínio majoritariamente masculino, reforçam essa desigualdade (Cosmelli, 2020).

Diversos estudos corroboram a relação entre a aceitação de ideais tradicionais de gênero e a baixa representação feminina na política. Uma pesquisa qualitativa do Instituto DataSenado (2020) identificou que fatores como o machismo, a pressão do sistema político-partidário e a divisão desigual das responsabilidades domésticas desestimulam a participação política das mulheres, contribuindo com a baixa representatividade feminina nas eleições. De maneira semelhante, o estudo “Aspectos culturais que dificultam a participação das mulheres na política eleitoral e sua relação com as esferas público-privada” analisa como a exclusão histórica das mulheres dos espaços públicos, aliada a fatores culturais, resulta em sua baixa participação na política (Lollato, 2019). E, novamente, a dicotomia entre as esferas pública e privada é apontada como um fator que limita a representação política das mulheres. Esses levantamentos demonstram que a persistência de normas tradicionais de gênero e de fatores culturais associados contribuem para a sub-representação feminina em cargos políticos, evidenciando a necessidade de políticas afirmativas e mudanças estruturais para promover a igualdade de gênero na política. Se há um alto dispêndio de tempo com o espaço doméstico e uma cultura de pertencimento ao lar, há uma dificuldade da participação política feminina. Ou seja, se as mulheres estão ocupadas assumindo as responsabilidades domésticas, elas não conseguem estar massivamente em cargos políticos e espaços de poder nos quais poderiam mudar estruturalmente essa condição, criando um ciclo vicioso de não atuação política. E os aparentemente inofensivos vídeos curtos e postagens de



*tradwives*³ atuam como a publicidade de manutenção deste *status quo*, de manutenção e fomento do espaço doméstico como único lugar de realização feminina.

O movimento *tradwife* promove uma visão conservadora de gênero, incentivando mulheres a priorizarem o lar, o marido e os filhos, frequentemente em oposição ao feminismo. Essas influenciadoras compartilham rotinas domésticas e mensagens antifeministas, buscando resgatar valores supostamente tradicionais. Embora ainda não tenhamos encontrado pesquisas que indiquem a atuação direta das influenciadoras *tradwife* nas preferências de voto das mulheres, é relevante considerar estudos sobre fatores que influenciam suas escolhas eleitorais⁴. É comprovado que a exposição a conteúdos que promovem ideais tradicionais de gênero pode impactar suas visões políticas e, consequentemente, suas aderências a campos ideológicos e de opção de voto.

2 *Tradwives*: cenas de domesticação

O espaço doméstico guarda uma ideia mística de felicidade, que, repetidamente, vem sendo levantada de tempos em tempos, como bem apontou Betty Friedan em “A mística feminina”, um estudo publicado em 1963 e reeditado em 2020. São agenciadas ideias de que, por natureza, as mulheres pertencem ao espaço privado do lar e encontrariam ali seu lugar plácido e correto no mundo. Hoje, após estudos feministas já parcialmente assimilados pelo senso comum e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e no acesso à educação, o argumento se volta a que a permanência ou o retorno da mulher ao lar e à submissão social e econômica da mulher ao marido e ao patriarcado se dá por escolha e não mais por imposição como anteriormente. Esta escolha está ancorada ainda a um desgaste das promessas capitalistas à entrada da mulher no mercado de trabalho de forma ampla: a promessa de autonomia plena, de felicidade e de condições de subsistência digna não se confirmou para a maioria das mulheres. O que grande parte das mulheres encontrou, por outro lado, foi a sobrecarga do trabalho assalariado mal remunerado, e cada vez mais precarizado, junto ao acúmulo dos afazeres domésticos e do cuidado, que ainda recaem majoritariamente sobre elas.

3 Salientamos que, neste estudo, nos centramos nos conteúdos de *influencers* brasileiras. Por questões éticas, evitando fomentar engajamento e visualizações de tais conteúdos, optamos por não citar nenhum nome nem indicação de perfil em redes sociais das *influencers* que produzem tais vídeos.

4 Por exemplo, a jornalista e escritora Rebecca Traister observa que mulheres solteiras nos Estados Unidos tendem a votar menos em candidatos conservadores em comparação às casadas, possivelmente devido à sua independência do poder patriarcal. (Cf. ALONSO, Marita. Rebecca Traister: “Las mujeres solteras tienen menos probabilidades de votar por los conservadores”. El País, [S. L.], 2024. Disponível em: <https://elpais.com/smoda/feminismo/2024-12-13/rebecca-traister-las-mujeres-solteras-tienen-menos-probabilidades-de-votar-por-los-conservadores.html> . Acesso em: 11 jun. 2025). Outro exemplo são as pesquisas de Ester Solano, no contexto brasileiro, tais como o artigo “Mulheres de extrema-direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher” (Solano; Rocha; Sendretti, 2023) ou no livro “Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras” (2022), de Costa; Rocha; Solano.



Diante deste cenário, abundam produções midiáticas fortalecendo um imaginário de regresso estético a um tempo mítico em que as mulheres supostamente podem retornar ao espaço doméstico de forma pacífica, se submetendo a um homem provedor. Estas produções advogam pelo enclausuramento voluntário das mulheres ao espaço das atividades domésticas não remuneradas, ao cuidado dos filhos e à obediência às ordens masculinas, construindo um imaginário de ideal do que seria ser mulher, ancorada na imagem de delicadeza, abnegação, elegância, disciplina, sacrifício em prol de uma vida simples e alegre, que alcança a felicidade ao entregar-se à família. Na defesa deliberada de um imaginário “no qual homem e mulher são um só, e este um é o marido” (Friedan, 2020, p. 116).

Mulheres bonitas, jovens, corpo no padrão estético, a maioria brancas, algumas tatuadas, geralmente trajando roupas *vintage*. Vídeos e fotos que emanam plenitude, trilhas sonoras *retrôs*, fazendo menção aos anos da metade do século XX, textos que reafirmam uma decisão de dedicação voluntária exclusiva ao lar e à família como escolha de paz e felicidade. Várias mencionam a importância da fé e dos propósitos divinos. Muitas vezes, questionando o feminismo ou a “opressão” de uma cultura que tenta convencê-las à independência e ao trabalho externo ao lar. Não raro um posicionamento de enfrentamento a um *status quo* que as estariam impedindo de seguir suas verdadeiras vocações de felicidade: o lar e a família. Nessa performance de rebeldia a uma cultura que as obrigaria a trabalhar e assumir papéis sociais, estas mulheres encenam uma vida cotidiana, na qual vendem sua imagem, *linkam* produtos e, ganhando dinheiro e se profissionalizando na *internet*, tentam convencer suas seguidoras a não se profissionalizarem e sim serem dependentes de seus maridos. Vídeos curtos, frases de efeito, imagens de uma vida plácida, harmoniosa e feliz em seus lares. Assim atuam as *tradwifes*, versão atual de uma campanha de retorno das mulheres ao espaço doméstico.

Conteúdos *tradwifes* encontram eco nos desejos *voyers* contemporâneos. Desejo de ver a intimidade do outro, o espaço privado, da casa, supostamente real: a realidade de um outro sob sua curiosidade. É, também, uma suposta maneira de aprender a viver. Uma forma de construir um imaginário que socialize, que mostre como é habitar dentro da própria privacidade, legitimado por um fazer comum e compartilhado com aquele outro que é seguido nas redes. Neste sentido, estes conteúdos funcionam bem para quem tem menos experiência, para quem pode se convencer de que os cuidados com uma casa e com os filhos podem ser idílicos, tranquilos, com tarefas que dispendem muito tempo, sem intercorrências. Fazer um pão por horas, cozinhar sem se sujar. Que ensinam que cuidar da casa como tarefa voluntária e exclusiva é uma realização total do ser. Estes vídeos apresentam especial apelo para quem não tem a experiência de uma vida exclusivamente doméstica e, enquanto servem de afirmação para as que já escolheram esta via, operam também, e sobretudo, para a construção de imaginários de jovens mulheres.

Ou seja, estas produções, que hoje movimentam uma significativa quantia de dinheiro em forma de publicidade e patrocínio, escalam mulheres *influencers* em redes sociais, que produzem conteúdos supostamente mostrando suas dinâmicas cotidianas em suas casas. Contraditoriamente,



estas mulheres *influencers*, ao produzir vídeos (e monetizá-los) mostrando o que seria supostamente suas vidas domésticas, entram em um mercado altamente rentável e, ao mesmo tempo, trabalham na disseminação de uma ideia de enclausuramento ao espaço doméstico para suas seguidoras, enquanto elas mesmas assumem um trabalho que pode ser muito bem remunerado e já muito profissionalizado. Estas *influencers*, muito atuantes em redes sociais, como *tiktok*, *instagram* e *facebook*, são excelentes artífices. Em uma cuidadosa construção estética, atuam como donas de casa com vídeos curtos bem-produzidos e, na maioria das vezes, contam com equipe profissionais, além de objetos de cena e figurinos, na sua maioria, exuberantes. É posta a trabalhar uma estética de real (Costa, 2019), reconstruindo uma aura de aderência à vida cotidiana e ‘verdadeira’ destas mulheres. O real é decodificado para se transformar em uma estética documental, com aparência de filmagens unipessoais, sem presença de equipe de produção ou de fotografia, dando a impressão de serem produções caseiras. No entanto, embora assumindo essa estética de “autofilmdas”, sem equipe ou profissionalização, a maioria destas produções, especialmente as que conseguem maior engajamento nas redes sociais, apresentam um grande *glamour* visual (nas comidas servidas, nos objetos de decoração e utensílios domésticos, no figurino usado pelas mulheres: muitas jovens, maquiadas e vestidas com grifes).

Além disso, geralmente, mostram tarefas de grande dispêndio de tempo realizadas com muita calma e em espaços/cenários bem decorados, usualmente em belas cozinhas ou salas. Tarefas menos glamourosas, como a limpeza mais dedicada de uma casa, como de áreas de serviço ou banheiro, não costumam ser mostradas. Também não é informado onde estão ou quem estaria cuidando dos filhos pequenos, quando os há, durante a realização destas tarefas que ocupam longo tempo, como costuma ser uma preocupação de quem se dedica aos cuidados de crianças. É de se questionar, inclusive, porque o *glamour* se faz tão necessário ao se representar e defender a dedicação exclusiva das mulheres ao espaço doméstico. Consideramos como um sintoma a ênfase crescente no *glamour* destas produções: a dona de casa usando maquiagem enquanto amassa um pão com suas mãos, indicando uma campanha publicitária na tentativa de dar “prestígio” às esposas donas de casa, na concorrência direta a uma outra possibilidade de vida não submetida às ordens patriarcais no âmbito doméstico⁵. Na estética retrô, muito usada pela maioria, estas personagens/*influencers* dão preferências a processos artesanais culinários ou de cuidados com a casa. Por vezes, como dito, até mesmo se vestem com figurinos que anunciam épocas passadas determinadas e usam músicas de fundo gravadas nas décadas de 1950/1960. A estratégia atual de campanha glamourizada de retorno ao lar, assim como sua proposição estética, não é nova, como demonstra Betty Friedan ao analisar o fenômeno semelhante dos anos 1960, nos EUA em revistas femininas e produções televisivas. Não nos parece também coincidência que a maioria das produções atuais do gênero se voltem especificamente a esta época.

5 Não podemos também deixar de considerar que estes vídeos compõem um grande mercado publicitário com a monetização dos conteúdos e a divulgação de marcas e produtos, na tentativa de gerar interesse ao consumo em seu público. Há um crescente interesse de marcas relacionadas a itens domésticos, maquiagens, roupas e afins em patrocinar e inserir seus produtos em vídeos produzidos por *tradwives*.



A campanha para viver de acordo com esta proposição – defendendo os cuidados domésticos como responsabilidade exclusiva e definidora da mulher – depende de uma reversão da história, para levar as mulheres de volta ao lar, sem obrigá-las, como fizeram os nazistas⁶, mas com a valorização da ideia de retorno, de conservação. A recente campanha reacionária por “valores familiares” é, em grande medida, um ataque aos direitos e à autonomia das mulheres, em uma tentativa de retorno da “ordem masculina” (Friedan, 2020, p. 588). O mundo das *tradwives* substitui a individualidade das mulheres pela construção mítica da companheira subversivamente submissa, ou seja, aquela que decide ir contra uma tendência atual feminista, considerada massiva e opressora. “E isso é, [por este movimento, considerado] contracultura, e uma vida de facilidade e amor aos homens brancos. É um sonho que ela deseja que você tenha — e acredita que você já tem” (Tebaldi, 2023, p. 12).

Este mercado midiático manipula o peso das mulheres sobrecarregadas com a problemática divisão entre os gêneros do trabalho do cuidado, e a precarização crescente do mercado de trabalho remunerado. Instrumentalizam este desconforto contra os discursos feministas, acusando-os de serem os causadores da exaustão atual das mulheres. Ao não questionar o machismo e o patriarcalismo que estruturam as relações familiares e de trabalho, estas produções redirecionam a insatisfação atual para o feminismo, indicando como saída o retorno a uma época em que as mulheres supostamente precisariam se preocupar apenas com o trabalho doméstico. Termos como “energia masculina” e “energia feminina” voltam a ganhar espaço para a construção de lugares demarcados de gênero, bem como comportamentos esperados para uma perspectiva binária de gênero. Cobra-se docilidade, abnegação e disciplina das mulheres, além do cuidado com a casa, com a própria aparência e a dedicação total à família. Estas produções disputam uma construção de imaginário de feminino que em muito responde a uma tendência da extrema direita atuante no mundo neste momento⁷. É importante ressaltar que estas produções, muitas voltadas para um público jovem, disputam as criações de imaginários, que, por sua vez, orientam nossas construções de desejos futuros, impactando na projeção de expectativas de realização e ocupação de lugares enquanto mulheres em uma sociedade patriarcal. O provável ganho dos homens neste projeto é fácil de perceber: a manutenção dos lugares públicos e de poder. Mas, em contrapartida, às mulheres é endereçada a promessa de felicidade ao ocupar seu lugar “natural” no espaço familiar e doméstico.

E este fenômeno é posto a trabalhar não apenas para normalizar o patriarcado branco, mas para fazer a política da extrema direita parecer desejável e subversiva. As esposas tradicionais realizam uma feminilidade idealizada que representa a nação pura, a tradição e a família e estes elementos são centrais na construção aparentemente banal das *tradwives* e das políticas de extrema direita

6 Ressalto aqui o conceito alemão *KKK* (*Kinder, Küche, Kirche*, em tradução livre, “Criança, cozinha, igreja”), muito usado em campanhas durante o período nazista, na designação das mulheres para os espaços da cozinha, do cuidado das crianças e da igreja.

7 Cf. Redação G1. ‘Acho que a energia masculina é boa e a cultura corporativa estava fugindo dela’, diz Mark Zuckerberg. G1 tecnologia, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/11/acho-que-a-energia-masculina-e-boa-e-a-cultura-corporativa-estava-fugindo-dela-diz-mark-zuckerberg.ghtml> . Acesso em: 11 jun. 2025.



atual⁸. Ester Solano *et al.* (2023) aponta para os impactos do consumo de conteúdos conservadores produzidos por *influencers* no eleitorado feminino:

O empoderamento feminino baseado na valorização moral da mulher, realizada a partir de uma estrutura binária de gênero, possibilita que **a extrema-direita possa se apropriar de agendas em defesa das mulheres, tornando-se mais atraentes e palatáveis ao eleitorado feminino, e transmitir seus valores para uma gama mais ampla de mulheres.** [...] Dessa forma, grupos de extrema-direita conseguem reivindicar o retorno aos papéis tradicionais de gênero como uma celebração do empoderamento das mulheres (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 14, grifos nossos).

Ressaltamos, ainda, neste estudo de Solano *et al.*, o impacto destes conteúdos na apropriação, por parte da extrema direita, de pautas relacionadas às mulheres, torcendo-as para fortalecer lugares e papéis tradicionais e binários de gênero, tornando-se mais atraentes ao eleitorado feminino, ainda que agindo contra seus direitos, sua autonomia e sua participação política direta. Dessa forma as derrotas no campo do “gênero” são celebradas como conquistas: mais um dos nós discursivos da extrema direita.

3 Mulheres adjacentes: Michelle Bolsonaro e Rainha Ester

Essa narrativa abordada pelas *tradwifes* e por outras produções midiáticas ultraconservadoras encontra ressonância na forma como Michelle Bolsonaro foi representada durante a campanha eleitoral, em que sua imagem esteve atrelada à defesa da família tradicional e ao papel da mulher como base de sustentação emocional do líder masculino. A associação de Michelle a personagens bíblicos e sua atuação como mediadora e suavizadora da imagem de Jair Bolsonaro são exemplos dessa lógica, na qual a mulher desempenha um papel estratégico sem, no entanto, reivindicar protagonismo político direto. Assim, Michelle Bolsonaro, ao reforçar essa visão tradicionalista, se alinhou a um discurso que ressoa com parte do eleitorado conservador e que encontra respaldo na popularidade das *influencers tradwife*.

Um dos aspectos mais notáveis na construção da imagem de Michelle Bolsonaro foi sua recorrente associação com a figura bíblica da rainha Ester (Costa, 2023). Durante a campanha, Michelle e seus apoiadores evocaram a história de Ester como um paralelo à sua própria trajetória, apresentando-a como uma mulher escolhida por Deus para interceder e proteger seu povo. Na tradição cristã, Ester é vista como um exemplo de coragem e influência feminina na política, pois usou sua posição estratégica de esposa para salvar os judeus da destruição. Essa analogia fortaleceu a conexão de Michelle com o eleitorado evangélico, sugerindo que ela desempenhava um papel providencial na defesa de princípios religiosos e na luta contra forças consideradas contrárias aos

8 Algumas *tradwifes* estadunidenses são mais diretas e promovem uma campanha para que as mulheres assumam como deveres patrióticos a defesa da família e a ‘produção’ de bebês brancos para ‘repovoar’ a nação.



valores judaico-cristãos. Essa representação foi amplamente repercutida em mídias alinhadas ao bolsonarismo, reforçando sua importância na narrativa eleitoral do então presidente:

Novamente, nas campanhas para eleição presidencial de 2022, o apelo bíblico é um importante componente da sua divulgação como candidato à reeleição. Além das comparações entre Bolsonaro e o messias, que deve criar o reino de Deus na Terra, sua esposa, Michelle Bolsonaro, vem sendo comparada à Ester, importante personagem feminina da bíblia que, apesar do improvável, se torna rainha ao se casar com o rei Assuero e recebe a missão de salvar o povo hebreu da morte [...]. A referência à Rainha Ester, essa figura que une política e religião, procura consolidar a imagem de mulher de fé que intercede pelo povo, tal qual a heroína bíblica, e redimir a imagem de Bolsonaro junto ao eleitorado feminino, onde encontra sua principal rejeição. Frequentemente, a comparação é acompanhada pela foto da primeira-dama, as cores da bandeira do Brasil e alusões a elementos ou poses religiosas. As imagens comparativas têm sido divulgadas inclusive por membros do governo, tais como a [então] ministra Damare Alves (Costa, 2023, p. 97-98).

Além disso, Michelle Bolsonaro exerceu um papel estratégico na suavização da imagem de Jair Bolsonaro, que era frequentemente criticado por declarações agressivas e uma postura considerada pouco empática, especialmente em relação às mulheres. Assim como a rainha Ester intercedia junto ao rei Assuero, Michelle se tornou uma espécie de mediadora, buscando humanizar e legitimar o discurso do marido para torná-lo mais palatável a segmentos do eleitorado que rejeitavam sua retórica combativa. Seu tom conciliador, aliado à defesa de valores cristãos, ajudou a amenizar as percepções negativas do presidente entre o público feminino e religioso.

Durante a campanha, em 2022, ao lado do marido e então presidente candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro afirmou que “mulher tem que ser ajudadora do marido”, frase que repetiu logo após as celebrações do Dia Internacional da Mulher, em 2024 (Uol, 2024) fazendo referência a uma divisão de distribuição de papéis demarcados de gênero de grande apelo e uso entre evangélicos. Ao afirmar que fazia uma política feminina, mas não feminista, ressaltou:

“Estamos aqui para sermos ajudadoras, é nosso papel como esposa. Queremos fazer uma política colaborativa, nós não queremos competir com vocês”, disse Michelle a uma plateia majoritariamente feminina. “Nós amamos vocês, homens”, “A gente não precisa gritar, a gente não precisa queimar sutiã, a gente não precisa desafiar a figura masculina”, completou. “Nós amamos nossos maridos, nós valorizamos nossos maridos, estamos aqui para apoiar” (Uol, 2022).

Ainda neste evento, a primeira-dama afirmou: “Aqui tem um homem talvez um pouco mais técnico, mas aqui tem uma mulher espiritual. Então, eu acho que se completa né? Tem que ser assim, minhas amadas. A mulher tem que ser ajudadora do esposo, não é isso? É a gente que aguenta né?” (Uol, 2022). Indicando seu papel como ponte entre o candidato e o público feminino, agenciando expressões aproximativas “a gente” e “minhas amadas”.



Esta expressão – ajudadora do marido – foi prontamente rebatida por Rosângela da Silva, Janja⁹, a esposa do candidato Luís Inácio Lula da Silva, demarcando uma diferença a mais durante a campanha eleitoral de 2022, muito marcada pelos embates diretos entre as duas esposas dos candidatos, como uma disputa entre representações de um modelo feminino, encarnado nas duas mulheres que ocupariam o lugar de primeira-dama. Entre as duas possíveis primeiras-damas, foi-se estabelecendo um lugar de antítese de uma à outra como imagem complementar à figura do marido, o então candidato à presidência. Enquanto Michelle apelava às questões religiosas, a um modelo específico de família, seu lugar materno, supostamente resguardado ao lar e à subjugação ao comando masculino, Janja apresentava-se como uma mulher independente financeiramente, que decidiu não ter filhos, rompendo a obediência ao destino materno, dedicada à militância política e relacionada ao campo artístico, afeita à boemia e ao espaço público. As duas representações eram, insistentemente, postas lado a lado por veículos midiáticos, ocupando grande parte das atenções durante a disputa eleitoral, rivalizando o modelo representacional feminino a ocupar o lugar de primeira-dama, este lugar de modelo máximo para uma mulher em um país que rara vez conseguiu eleger uma delas como presidenta.

A eleição de 2022 foi marcada pelo amplo uso das imagens das esposas dos então candidatos principais, seja através de material gráfico, pronunciamentos das esposas, divulgação de perfil de cada uma em jornais e revistas. A discussão pública do modelo de mulher que viesse a provocar identificação com o eleitorado feminino parecia, naquele momento, estar disputando a própria aceitação dos modelos de mulheres ‘aceitáveis’ no projeto nacional que estava em disputa. O Brasil que havia, não muito tempo atrás, rejeitado com protestos, falas e práticas explicitamente misóginas¹⁰ sua única presidenta eleita, estava, naquele momento, não só votando um projeto nacional, a partir da escolha de um homem para ocupar o maior cargo do executivo, mas também votando pelo modelo de mulher que estava disposto a assumir como próprio, ainda que não para ocupar um cargo de real poder político, mantendo-se no lugar de mulher adjacente ao marido (corroborando ainda com os dados levantados anteriormente).

O modelo de “bela, recatada e do lar”¹¹, assumido por Marcela Temer e, em aparência,

9 Cf. PEDRA, Luana. Em comício de Lula, Janja provoca Michelle: “Não sou ajudadora”, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/16/interna_politica,1394394/em-comicio-de-lula-janja-provoca-michelle-nao-sou-ajudadora.shtml. Acesso em: 05 jun. 2025. Na ocasião, Janja responde: “Eu não vou te ajudar não, não vou ser ajudadora. Eu vou estar do seu lado, junto, lutando, para a gente dar de novo o Brasil da esperança que esse povo maravilhoso merece”.

10 Ver mais em: SALOMÃO, Thiago. Adesivo com Dilma sendo “penetrada” por bomba levanta a questão: isso é protesto?, *Infomoney*, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

11 No texto, já muito debatido, que exaltava a nova primeira-dama logo após a deposição da primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff, a autora ressalta a beleza, a juventude e o recato da “primeira-dama do lar”, que não se envolve diretamente com a política e teria pouca aparição pública, o que faria de Michel Temer “um homem de sorte”. Este modelo feminino, em oposição à Dilma Rousseff, foi amplamente debatido e apropriado por grupos políticos em aderência ou em rechaço a esta compreensão submissa de modelo feminino no campo político. Ver mais em: LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”, *Veja*, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 05 jun. 2025.



mas não na prática, seguido por Michelle Bolsonaro, foi confrontado pela imagem de Janja, ora usada pela direita como desqualificadora ao sinalizar sua não maternidade ou sua vida boêmia, ora reafirmada pela campanha de Lula como signo de respeito à autonomia e independência feminina. É importante ressaltar, também, que Michelle Bolsonaro se apropria de um discurso de adesão aos papéis tradicionais de gênero, com restrição da mulher ao espaço doméstico e familiar, no entanto, atua politicamente nas campanhas eleitorais, realiza pronunciamentos, criou uma empresa de perfumes e hoje coordena o PL Mulher, seção de seu partido responsável pelo fomento de adesão de eleitoras mulheres aos princípios da extrema direita.

A representação midiática das primeiras-damas nas eleições de 2022 revelou diferenças marcantes entre Michelle Bolsonaro e Janja da Silva. Enquanto Michelle foi retratada como uma figura de apoio que enfatizava valores religiosos e familiares e um papel na suavização da imagem de Jair Bolsonaro, Janja emergiu como uma parceira política ativa, associada a pautas progressistas. No entanto, apesar de sua postura politicamente ativa, Janja muitas vezes foi retratada na mídia sob uma ótica que enfatiza aspectos emocionais e afetivos, em vez de suas qualificações políticas. Além disso, sua figura também foi utilizada para humanizar e suavizar a imagem de Lula, um recurso comum na política que coloca a mulher como mediadora das emoções e comportamentos do líder masculino. Janja da Silva indicou ainda uma proposição de transformação na percepção do que significa ser uma primeira-dama, trazendo à tona discussões fundamentais sobre empoderamento feminino e representatividade nas esferas de poder, mas ainda dentro de posições de adjacência, neste caso, via matrimônio. Esse fenômeno demonstra que, mesmo em narrativas progressistas, a figura feminina ainda pode ser reduzida a atuações adjacentes e a estereótipos de cuidadora e apoio emocional do homem, reforçando assim dinâmicas tradicionais de gênero.

4 Considerações finais

Parece-nos importante ressaltar que estas três estratégias usadas pela extrema direita contemporânea para driblar a clivagem de gênero ressaltada nas últimas eleições estão fortemente interrelacionadas. A desvalorização e perseguição às práticas, estudos e discursos de mitigação das desigualdades de gênero e dos direitos sexuais; as campanhas edulcoradas de retorno das mulheres ao espaço doméstico; e a instrumentalização das mulheres para candidaturas e políticas masculinas, atuam em diferentes campos, com linguagens diversas, mas construindo um mesmo terreno hostil à participação feminina em cargos de liderança política e em mudanças estruturais que mitiguem as desigualdades de gênero. As três estratégias reafirmam entendimentos binários de gênero, comportamentos estereotipados e lugares dicotômicos entre homens e mulheres, separando o público e o privado.

Diante destas estratégias e de um entendimento de que houve significativos avanços no campo da igualdade de gênero, nos questionamos sobre o funcionamento e eficiência desta forte



resistência a uma maior participação das mulheres na política e de fortalecimento de políticas de igualdade de direitos. Este fenômeno reforça a percepção de que a participação feminina na sociedade ainda é intensamente atravessada por diferentes expectativas e modelos de comportamento, havendo grande resistência à participação ativa da mulher nos espaços públicos, em especial na política. Por que campanhas de afastamento de mulheres do campo político continuam encontrando terrenos tão férteis junto à população e, em especial, à população mais jovem? Por que assistimos ainda ao crescimento de fenômenos como o movimento *tradwife*, que demonstra a persistência da defesa do papel retrógrado da mulher como suporte do líder masculino e por que cenas que promovem o confinamento da mulher no espaço doméstico ainda ecoam e ganham apelo entre jovens? Que lugar cabe às mulheres em um projeto masculinista de poder? De mulheres adjacentes?

As três estratégias elencadas neste artigo atuam para retirar da mulher o poder político e o poder econômico e reforçar a ideia da mulher como o gênero outro, que apoia o homem na estrutura patriarcal. Seja na macropolítica, como no caso das mulheres adjacentes, seja na micropolítica, com as campanhas de retorno voluntário das mulheres à dedicação exclusiva ao lar. Estas políticas, macro e micro, operam imaginários para gerações futuras que, se não reagirem, verão seus espaços e ferramentas para lutar contra essa lógica de submissão e binarismo de papéis de gênero cada vez mais escassos. É uma política articulada de enclausuramento do presente, com efeitos no agora, mas também de futuro, construindo imaginários a despoentarem frutos nas próximas gerações, talvez mais alijadas de espaços, como os da escolarização e da atuação política. Encontrar ecos e repetições na atualidade do fenômeno analisado por Betty Friedan dos anos 1950 e 1960 é muito preocupante.

É inevitável pensar que estas produções cênicas, muito próximas a campanhas publicitárias, atreladas a um grande mercado, encontram tanto apelo devido ao imenso esgotamento de imaginários de futuro com o qual nos deparamos atualmente. O esgotamento diante de um neoliberalismo violento gera ansiedades muito bem capitalizadas pela extrema direita, que, longe de propor reais soluções à política de destruição, propõe políticas de acentuação de desigualdades e exploração (ambiental, trabalhista, de atenção), usando para isso nossas poucas conquistas como bode expiatório. Ou seja, enquanto acentua sua política de destruição e exploração no campo ambiental e econômico, a extrema direita canaliza as insatisfações em uma ideia de que as ideias progressistas são responsáveis por nosso provável fim catastrófico enquanto sociedade e enquanto humanidade. Esta proposição encontra ecos na narração bíblica, em que vê, no afastamento dos valores da gênese, o fim apocalíptico. E, em uma proposta estética e moral de recuperação, propõe um retorno a um tempo mítico, em que os papéis de gênero estariam bem definidos.

A análise de cenas de reafirmação de papéis demarcados de gênero, defesa do familismo e de confinamento das mulheres no espaço doméstico afastando-as do político - como são as produções glamourizadas das *tradwifes* - ou a instrumentalização performática das mulheres na política, no papel de adjacentes, seja como vices ou como primeiras-damas, tem ainda um longo percurso, de modo a desmontar essa sedutora máquina de manutenção e aprofundamento das desigualdades.



Referências

- ALBERNAZ, Isadora. [Eleições de 2022 têm recorde de candidatas mulheres; elas são 33% do total](https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5029825-eleicoes-de-2022-tem-recorde-de-candidatas-mulheres-elas-sao-33-do-total.html). Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5029825-eleicoes-de-2022-tem-recorde-de-candidatas-mulheres-elas-sao-33-do-total.html>. Acesso em: 07 mar. 2025.
- ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas*, Rev Ciênc Soc., v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/phBRYZwBddvtmSTckc3ZVTB>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- BARBON, Julia. Datafolha: Lula mantém vantagem entre mulheres e empate com Bolsonaro entre homens. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-mantem-vantagem-entre-mulheres-e-empate-com-bolsonaro-entre-homens.shtml>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero em américa latina: brasil – ¿la catástrofe perfecta*. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA (ABIA), 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sxpolitics.org/spwprojects/gpal/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- COSMELLI, Liz. Mulheres e participação política internacional. *Diplomatique*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-e-participacao-politica-internacional/>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- COSTA, Júlia Morena. Emulações da Precariedade e Autenticidade nas Cenas Bolsonaroistas: Análises da Estética da Extrema-Direita Brasileira. *Revista Letra Magna*, Cubatão, v. 19, n. 32, 2023. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/article/view/2131>. Acesso em: 08 mar. 2025.
- COSTA, Júlia Morena. O duplo pacto representativo: porosidades e enganos do real em Tijuana, de Gabino Rodríguez. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 37-51, 2019. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.29.1.37-51>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18832>. Acesso em: 08 de mar 2025.
- DATASENADO. *Machismo, divisão desigual de responsabilidades e pressão do sistema político ainda afastam mulheres das eleições*. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/materias/pesquisas/machismo-divisao-desigual-de-responsabilidades-e-pressao-do-sistema-politico-ainda-afastam-mulheres-das-eleicoes. Acesso em: 08 mar. 2025.
- DIAS, Pâmela; ZAJDENWEBER, André. Representatividade de mulheres no parlamento brasileiro é a segunda menor do G20, indica IBGE. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/04/09/representatividade-de-mulheres-no-parlamento-brasileiro-e-a-segunda-menor-do-g20-indica-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- GOMES, Beatriz. Michelle em evento com Bolsonaro: ‘Mulher tem que ser ajudadora do esposo’. *UOL*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/14/michelle-bolsonaro-natal.htm>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- GOMES, Karina. A disputa entre direita e esquerda na bancada feminina do Congresso. *DW*, Berlin, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 07 mar. 2025.
- FREITAS, Angélica. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.



LOLATTO, Simone. Aspectos culturais que dificultam a participação das mulheres na política eleitoral e sua relação com as esferas público-privada. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 156-178, set./dez. 2019. Acesso em: 08 mar. 2025.

MELLO, Bernardo. Polarização de gêneros: voto masculino impulsiona conservadores em países como Brasil, Estados Unidos e Argentina. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/11/17/polarizacao-de-generos-voto-masculino-impulsiona-conservadores-em-paises-como-brasil-estados-unidos-e-argentina>. Acesso em: 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, Juliana. A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 46, n. 1, p. 111-131, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/45713>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PAES, José Eduardo. Entrevista a Flávia Biroli: “Mulheres rejeitam Bolsonaro por crise econômica e pautas conservadoras”. *Brasil de Fato*, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/brasil-de-fato-entrevista/2022/09/06/flavia-biroli-mulheres-rejeitam-bolsonaro-por-crise-economica-e-pautas-conservadoras/>. Acesso em: 20 nov. 2024

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Mulheres são a maior barreira de contenção da extrema direita nas eleições. *Notícias Uol*, São Paulo, 29 set 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/26/mulheres-sao-a-maior-barreira-de-contencao-da-extrema-direita-nas-eleicoes.htm>. Acesso em: 20 fev. 2024

PNUD. *Novos dados mundiais do PNUD mostram que preconceitos de gênero continuam enraizados*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/novos-dados-mundiais-do-pnud-mostram-que-preconceitos-de-genero-continuam-enraizados>. Acesso em: 05 jun. 2025.

ROCHA, Mariana Ferreira; BERTONI, Estevão Rodrigues. A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 46, n. 1, p. 231-256, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/45713>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SILVA, Priscila dos Reis; OLIVEIRA, Rosana. Mulheres evangélicas: para além do voto, concepções sobre política e cotidiano. *Religião e Poder*, Brasília, 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/mulheres-evangelicas-para-alem-do-voto-concepcoes-sobre-politica-e-cotidiano>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SOLANO E, ROCHA C, SENDRETTI L. Mulheres De Extrema-Direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher. *Caderno CRH*, v. 36, e023040, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.55443>. Acesso em: 05 jun. 2025.

PEDREIRA, Beatriz, Rocha, Camila, SOLANO, Esther (org.). *Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras*. São Paulo: Boitempo: Instituto Update, 2022.

TEBALDI, Catherine. Tradwives and truth warriors: Gender and nationalism in US white nationalist women's blogs. *Gender and Language*, Toronto, v. 17, n.1. 2023.

TRAISTER, Rebecca. Las mujeres solteras tienen menos probabilidades de votar por los conservadores. *El País*, Madrid, 13 dez. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/smoda/feminismo/2024-12-13/rebecca-traister-las-mujeres-solteras-tienen-menos-probabilidades-de-votar-por-los-conservadores.html>. Acesso em: 08 mar. 2025.

UOL. Após 8/3, Michelle Bolsonaro diz que papel da esposa é ‘ajudar o marido’, UOL, Brasília, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/03/09/michelle-bolsonaro-papel-esposa-pl.htm>. Acesso em 08 mar. 2024.



Biografia acadêmica

Júlia Morena Costa - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Associada da Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: juliamorenacosta@gmail.com

Financiamento

Não se aplica

Aprovação em comitê de ética

Não se aplica

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse declarado

Contexto da pesquisa

Não declarado

Direitos autorais

Júlia Morena Silva da Costa

Contribuição de autoria (CRediT)

Não se aplica

Licenciamento

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-br>

**Modalidade de avaliação**

Convidada

Editoras responsáveis

Christina Fornaciari

Júlia Guimarães

Júlia Morena Costa

Juliana Coelho

Raquel Castro

Thálita Motta

Histórico de avaliação

Data de submissão 05 jun. 2025

Data de aprovação: 05 jun. 2025